

1 **DAS ORIGENS** **À REVOLUÇÃO LIBERAL** **1788-1820**

D. TOMÁS XAVIER DE LIMA NOGUEIRA VASCONCELOS TELES DA SILVA

D. Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva nasceu em Ponte de Lima, a 12 de Outubro de 1727, e veio a falecer a 23 de Dezembro de 1800.

Era filho de D. Tomás Teles da Silva, oficial do Exército, e da 12.^a viscondessa de Vila Nova de Cerveira, D. Maria Xavier de Lima e Hohenlo.

Filho de uma das vítimas do consulado pombalino – o seu pai, suspeito de envolvimento com os Távoras, havia falecido no Forte de São João da Foz –, chefiou a alta nobreza na reacção contra o famoso ministro de D. José I,

após a morte do monarca. É, então, chamado a substituir Sebastião José de Carvalho na pasta dos Negócios do Reino, que sobraçará até aos finais de 1788.

Entretanto, em 1783, toma posse do lugar de ministro assistente ao Despacho, quando o seu anterior titular, o 3.^o marquês de Angeja, D. Pedro José de Noronha, transita para as funções de presidente do Real Erário.

Mais tarde, adoecendo este, assume, a título provisório, a presidência do Real Erário, para passar a exercê-la definitivamente em Março de 1788, após a morte do referido marquês.

Por Decreto de 15 de Dezembro do mesmo ano, que cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, torna-se o primeiro titular desta pasta, que passa a acumular com o lugar de ministro assistente ao Despacho e com a presidência do Real Erário e da Junta do Comércio, sendo, então, aliviado do cargo de secretário de Estado dos Negócios do Reino, a seu pedido, em razão da multiplicidade de funções que passava a exercer. Além das referidas atribuições, viria a assumir, por Alvará de 17 de Dezembro de 1790, a presidência do Conselho da Fazenda, que passava a caber por inerência ao titular da pasta dos Negócios da Fazenda. Nessa data, foi, igualmente, elevado ao título de 1.^o marquês de Ponte de Lima.

Os primeiros anos à frente da pasta dos Negócios da Fazenda não se revelaram fáceis. O concurso de Portugal no conflito europeu, mormente, nas campanhas do Rossilhão e da Catalunha (1793-1795),



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

obriga, logo em 1796, à abertura de um empréstimo no valor de 10 mil cruzados, ao juro de cinco por cento, que viria a ser ampliado para 12 mil cruzados, ao juro de seis por cento, através do Alvará de 13 de Março de 1797. Este diploma abriu caminho ao Alvará de 13 de Julho seguinte, o qual fundou a circulação do papel-moeda em território nacional, permitindo que o mesmo fosse utilizado “para satisfação das despesas actuais de qualquer natureza que sejam”. Garantido pela nova décima eclesiástica, pelo quinto dos bens da Coroa e pela tributação das comendas das ordens militares, o empréstimo de 1796 marcava, de facto,



COLECCÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

o início de uma nova época da dívida pública em Portugal.

Entre outras medidas legislativas avançadas no seu mandato, destaca-se a Carta de Lei de 13 de Maio de 1796, que criou em Lisboa um porto franco situado no Forte de São João, no sítio da Junqueira e terrenos anexos, o Alvará de 10 de Março de 1797, que estabeleceu o Imposto do Selo, bem como a Intendência do Selo, com funções ligadas à liquidação e cobrança desse tributo, e o decreto da organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, datado de 1801. Empenhou-se, ainda, na construção de um edifício para o Real Erário, na praça da Patriarcal Queimada, embora os trabalhos não tivessem passado da fase inicial. Entre outros cargos que desempenhou, destacam-se o de presidente da junta da administração dos fundos aplicados ao pagamento do novo empréstimo, presidente das juntas plena e ordinária da revisão e censura do novo código, inspector-geral das Obras Públicas, director e inspector do Real Colégio dos Nobres e inspector-geral da Real Biblioteca Pública. Membro do Conselho de Estado e grã-cruz da Ordem de Cristo, era sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa e um dos presidentes honorários da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica.

D. RODRIGO DOMINGOS DE SOUSA COUTINHO BARBOSA

D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Barbosa nasceu em Chaves, a 4 de Agosto de 1745, e veio a falecer a 26 de Janeiro de 1812. Era filho de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola e Benguela e embaixador plenipotenciário em Madrid, e de Ana Luísa da Silva Teixeira.



COLEÇÃO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA / FRANCESCO BARTOLOZZI

Sobrinho de baptismo do 1.º marquês de Pombal, parece ter sido por este destinado a ministro de D. José. Descendente de importantes casas titulares portuguesas, a sua educação terá, de facto, tido em conta um futuro político promissor, tendo passado pela Universidade de Coimbra na fase inicial da reforma de 1772.

O seu percurso de estadista teve início na carreira diplomática. Com apenas 23 anos, foi nomeado ministro plenipotenciário em Turim, onde se manteve por dezassete anos. Nessas funções, escreveu diversos textos onde manifestava as suas preocupações políticas sobre o País, que faziam antever o exercício de outros cargos. A oportunidade para tal surgiu após a morte de Martinho de Melo e Castro, ocorrida em Março de 1795, quando ficou vaga a pasta da Marinha e Ultramar. Assume-a após deixar Turim, em Setembro de 1796, e, durante o seu mandato, não desaproveitando a reorganização encetada pelo seu antecessor, vem a criar o corpo de engenheiros construtores e a Junta da Fazenda da Marinha, além de ter dado grande impulso às ciências no espaço ultramarino, onde se desenvolveram trabalhos geodésicos e mandou fazer viagens botânicas e travessias continentais. Ainda ministro da Marinha, evidenciara preocupações com a situação financeira do País, chegando mesmo a escrever ao então presidente do Real Erário, o marquês de Ponte de Lima, sobre a conveniência de recorrer ao crédito junto dos particulares e de criar um banco público destinado a gerir a dívida do Estado. Esse testemunho, que sintetiza os princípios que nortearão a sua acção enquanto presidente do Real Erário, será reforçado pela apresentação do

seu *Projecto do Banco Nacional Brigantino*, em Julho de 1797.

Sem grandes surpresas, a sua nomeação para secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Real Erário veio a verificar-se em Janeiro de 1801, começando por legislar no sentido de resolver a situação de gravidade gerada pela emissão de papel-moeda, ocasionada pelo Alvará de 13 de Julho de 1797. O início do seu mandato foi ainda marcado pela iminência do conflito armado com a Espanha, que, de facto, veio a concretizar-se sob o nome de Guerra das Laranjas, pelo que se abriu um novo empréstimo interno de 12 milhões de cruzados, a cuja participação apelou, tratando o respectivo alvará de garantir o reembolso através da consignação dos novos impostos sobre os prédios, nas cidades de Lisboa e Porto, e do aumento dos direitos do açúcar e do algodão. À parte a política de empréstimos, que envolveu, ainda, a ampliação do empréstimo aprovado em 27 de Setembro de 1797 destinado ao estabelecimento do Hospital de Marinha, apostou na organização da administração financeira, pelo que ordenou a reforma da Casa da Moeda, onde decide abrir um curso docimástico e metalúrgico. Criou, ainda, por Decreto de 10 de Dezembro de 1801, a Guarda Real da Polícia de Lisboa, que ficava a cargo do presidente do Real Erário, e, poucos meses depois, um corpo de 34 guardas, com vista ao policiamento das vinte barreiras existentes na capital para pagamento de direitos internos. Enquanto responsável pelos assuntos da Fazenda, voltou a insistir na proposta de criação de um banco, como forma de pôr cobro, pacificamente, à acção dos rebatedores ou *malteses*, que, desde a emissão de papel-moeda, se dedicavam

à depreciação das apólices pequenas.

Em 15 de Novembro de 1802, apresentou o pedido de demissão dos cargos que ocupava ao príncipe regente, com o argumento de que D. João decidira promover uma política de concessão de graças, comendas, pensões e lugares públicos, num momento inadequado e sem que tivesse sido consultado para o efeito. Entendia, aliás, que esses bens da Coroa podiam ser utilizados para minorar as despesas de guerra, tão urgentes à época. Bastaria lembrar o pedido de indemnização feito pela França na sequência da Guerra das Laranjas, de que fazia parte o pagamento de cerca 5500 contos de réis, sobre o qual confessou ao príncipe regente que, em alternativa, Portugal deveria “antes expor-se a uma guerra continental” ou “em último resultado criar um império no Brasil [...] donde haja depois vir retomar o que pudesse ser obrigado a deixar no continente da Europa só temporariamente”.

Enquadrado por uma conjuntura em que a influência francesa, a que se opunha, parecia ganhar terreno junto da Coroa, o seu pedido de demissão foi aceite em 31 de Agosto de 1803, indo instalar-se na sua quinta da Lagoalva, nas cercanias de Alpiarça.

Regressa à cena política quatro anos depois, como membro do Conselho de Estado, quando então se decidia o destino da Corte portuguesa, num quadro internacional dominado pelo Bloqueio Continental e pela perspectiva da invasão do território nacional pelas forças francesas.

Reafirmando-se adepto da transferência da Corte para o Brasil, acompanha a mesma em direcção a esse domínio transatlântico, onde veio a ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Nessas funções, iria envolver-se

no Tratado de Amizade e Comércio de 1810, celebrado entre Portugal e a Inglaterra – potência que entendia ser a melhor para a salvaguarda dos interesses na Europa –, e na concepção dos diplomas que procuravam incentivar a indústria manufactureira no Brasil.

À semelhança do que havia acontecido no exercício dos cargos de secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e de presidente

do Real Erário, pediu a sua demissão do lugar de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 10 de Abril de 1811, em cujo mandato foi elevado ao título de 1.º conde de Linhares, corria o ano de 1808.

Entre os vários cargos que desempenhou, destacam-se os de inspector-geral do Gabinete de História Natural e do Jardim Botânico da Ajuda, inspector-geral da Biblioteca Pública de Lisboa, presidente do Conselho da Fazenda e da Junta Económica, Administrativa e Literária da Impressão Régia, presidente da Junta da Direcção-Geral dos Provimientos de Boca para o Exército, presidente da junta para o pagamento do novo empréstimo ao Real Erário e presidente honorário da Sociedade Real Marítima. Era senhor de Paialvo e grã-cruz das ordens de Avis e da Torre e Espada. Sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa, é autor de diversos escritos, como *Reflexões Políticas sobre os Meios de Criar e Fundar Solidamente em Portugal a Cultura e Manufatura da Seda* (1784), *Discurso sobre o Comércio de Itália* (1795) e *Memória sobre os Melhoramentos dos Domínios da América* (1797).



LUÍS VASCONCELOS E SOUSA



COLEÇÃO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, BRASIL

Luís Vasconcelos e Sousa nasceu a 10 de Outubro de 1740, em Lisboa, e veio a falecer em 1809. Era filho do 1.º marquês de Castelo Melhor e reposteiro-mor, José de Vasconcelos e Sousa Caminha Câmara Faro e Veiga, e de D. Maria Rosa Quitéria de Noronha.

Aluno porcionista do Colégio de São Paulo, em Coimbra, começaria por seguir a carreira da magistratura. Recebeu, assim, carta de desembargador da Relação do Porto, em 28 de Junho de 1765, ao que sucedeu a sua nomeação para desembargador da Casa da Suplicação, em 21 de Outubro de 1768, e para desembargador agravista do mesmo tribunal, em 31 de Outubro de 1771.

Seguiria, depois, para o Brasil, com o cargo de vice-rei desse domínio ultramarino, para o que foi nomeado em 25 de Setembro de 1778. Finda essa comissão, regressa às funções magistráticas em 1785, ocupando o lugar de conselheiro do Conselho da Real Fazenda, de que veio a ser presidente em 19 de Setembro de 1789.

No ano seguinte, por carta de 17 de Dezembro, culminaria o seu percurso jurídico na presidência do Tribunal do Desembargo do Paço.

Tomou posse, como secretário de Estado da Fazenda, pouco depois da demissão de D. Rodrigo Sousa Coutinho, ainda no ano de 1803, numa altura em que urgia fazer face à gravosa situação decorrente do estado de guerra com a França. Prevaleceu, então, uma orientação conciliatória, traduzida no tratado de 19 de Março de 1804, celebrado com o Império Francês, no qual se previa que os direitos de importação das manufacturas francesas passassem

a ser os que constavam de “uma pauta nova, equitativa e moderada”, ficando livre a sua introdução no mercado português, mas, como a sua execução dependesse do fim da guerra entre ingleses e franceses, acabou por ter uma reduzida influência na vida económica nacional. O seu mandato ficou ainda marcado pela mobilização de recursos significativos para a manutenção da Guarda Real e da iluminação pública de Lisboa, daí que o Decreto de 14 de Abril de 1804 tenha determinado a afectação, para essas finalidades, dos impostos cobrados nas alfândegas sobre o vinho, azeite e carne de porco.

Num contexto de conflito internacional, aumentou-se, por Decreto de 2 de Abril de 1805, a contribuição para as fragatas de guerra de um para dois por cento, onerando, para esse efeito, todos os géneros que entrassem ou saíssem pela foz e que fossem a despacho a qualquer das alfândegas ou casas de arrematação. Por outro lado, o Alvará de 23 de Agosto de 1806 extinguiu o porto franco de Lisboa, por este se ter tornado uma “praça de contrabando público e insofrível ao comércio da praça e às corporações de mercadores de Lisboa”.

Recebeu, em 1809, o título de 4.º conde de Figueiró. Exerceu, também, as funções de veador da princesa viúva do príncipe D. José, D. Maria Francisca Benedita, de conselheiro de Estado e de vereador do Senado de Lisboa, além de ser fidalgo da Casa Real, grã-cruz da Ordem de São Tiago da Espada e comendador de Ouzena, da mesma ordem.

PEDRO DE MELLO BREYNER

Pedro de Mello Breyner nasceu em Lisboa, a 4 de Dezembro de 1751, e veio a falecer a 29 de Dezembro de 1830.

Era filho do 3.º senhor de Ficalho, Francisco de Melo, e de Isabel Josefa Breyner de Meneses. Ficando órfão de pai com apenas poucos meses de idade, foi destinado à carreira eclesiástica. Depois de passar pela educação elementar, ingressou na Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de licenciado pela Faculdade de Cânones. Reconheceu, entretanto, que não tinha vocação para a vida religiosa, pelo que decidiu seguir a carreira da magistratura, começando por praticar no escritório de um advogado.

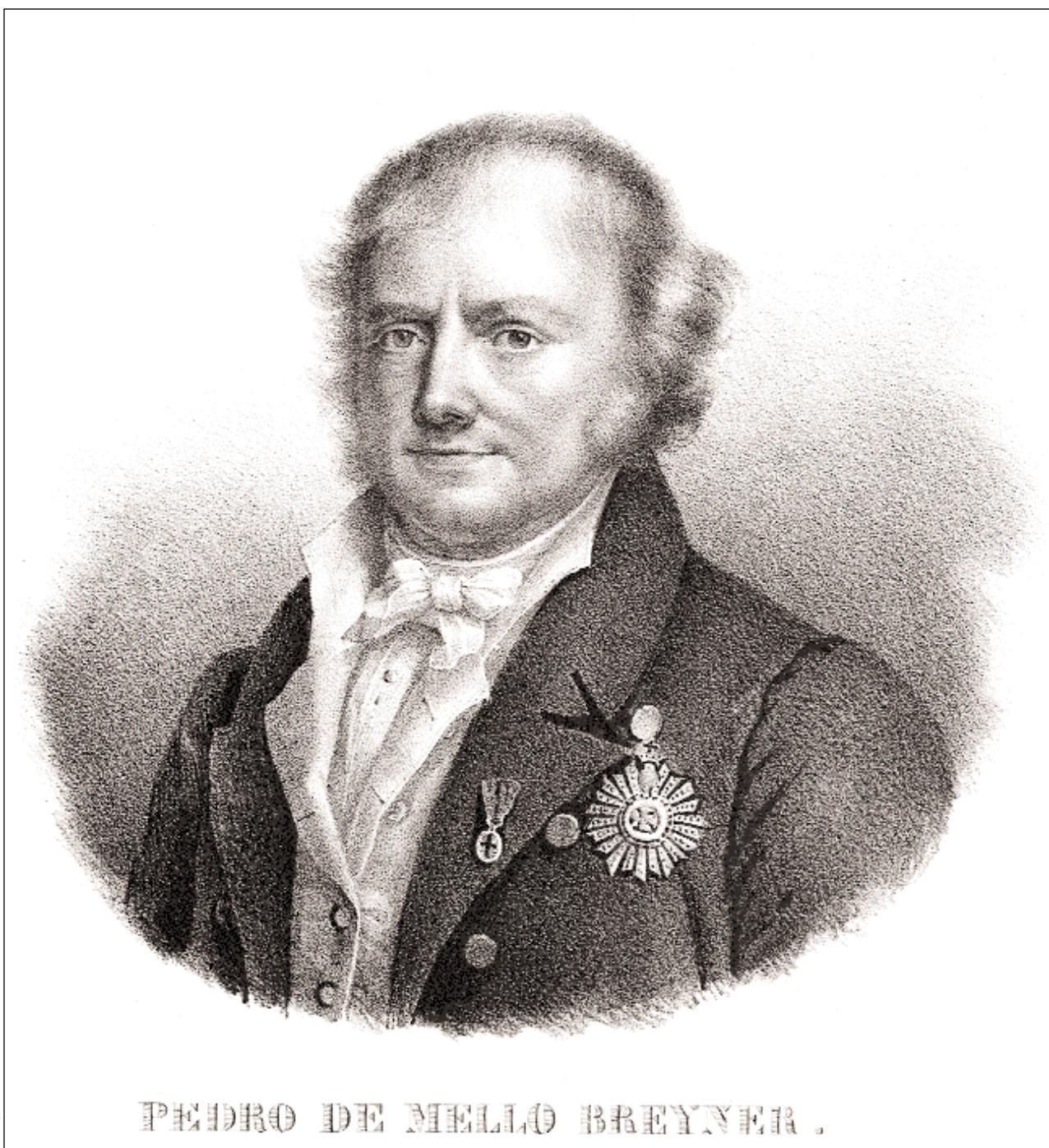
Obteve, em 21 de Maio de 1784, a carta de desembargador da Relação do Porto, donde transitou para a Casa da Suplicação, de que recebeu carta de desembargador em 24 de Março de 1787.

Torna-se, depois, fiscal da Junta dos Três Estados, circunstância em que é encarregado da apresentação de um projecto de regimento de administração e polícia do hospital militar da Corte.

Sucederam-se as nomeações para os lugares de desembargador dos agravos da Casa da Suplicação, deputado do Conselho da Fazenda, do Estado das Senhoras Rainhas e da Junta da Administração do Tabaco, escrivão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e governador das justiças da Relação do Porto.

Neste cargo, empenhou-se em melhorar a condição dos presos, para o que solicitou donativos a particulares, abreviou os processos e acabou com o costume de obrigar os réus condenados à pena capital a carregar correntes, desde que era intimada a sentença até execução

da mesma. A inspecção que, então, fez às prisões ocasionou um conflito com o governador do Porto, que o levaria a ausentar-se para Lisboa e a regressar às suas funções apenas após a morte do sobredito governador, recebendo nessa ocasião a mercê do senhorio de Trofa, por uma vida, reivindicada pela sua esposa pelo facto de ser sobrinha-neta do último senhor dessa vila. Pelos serviços prestados ao Porto, onde se incluem o início da construção da estrada do Marão e a conclusão da ponte de barcas que ligava aquela cidade a Vila Nova de Gaia, ficou imortalizado numa das ruas do bairro de Cedofeita, chamada Rua do Breyner. Quando, em 1807, a Corte partiu para o Brasil, foi nomeado para os lugares de presidente do Erário e membro da regência, cargos que manteve até 1 de Fevereiro de 1808, altura em que Junot nomeia um elenco da sua confiança. Ruma ao Brasil em 1815, onde é escolhido para enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto da Santa Sé, aqui chegando em 1819. Devido à nova organização da diplomacia portuguesa, saiu de Roma para Nápoles, onde esteve em missão, e daqui para Génova, regressando a Portugal em 1824, ocasião em que é nomeado ministro em França. Adepto da Carta Constitucional, é chamado pela infanta regente D. Isabel Maria a encarregar-se da pasta dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça e, depois da demissão do Ministério, passou a servir como conselheiro de Estado. Preso na noite de 26 de Maio de 1828 por ter servido a causa liberal, foi conduzido ao Forte de São Julião da Barra, em Oeiras, onde veio a falecer.



COLEÇÃO BANCO DE PORTUGAL

FRANÇOIS-ANTOINE HERMAN

François-Antoine Herman nasceu em Schlestadt, no Baixo Reno, em 30 de Março de 1758, e veio a falecer em Paris, a 27 de Setembro de 1827.

Era filho de François-Antoine Herman, procurador-geral ao conselho soberano da Alsácia, e de Marie-Anne Lachaime, descendendo de uma antiga família alsaciana. Admitido no círculo privado do marechal de Castries, ministro da Marinha, que tutelava, então, os consulados, foi nomeado cônsul-geral em Londres, em Janeiro de 1789. A correspondência que envia nessas funções suscita tal interesse que é comunicada ao próprio rei Luís XVI, que lhe dá um lugar no seu conselho.

Com a queda da monarquia francesa, deixa

aquele posto em Dezembro de 1792 e, sem emprego, é forçado a emigrar.

Regressa à pátria durante o Consulado e é nomeado primeiro-secretário da Legação em Madrid, em 21 de Novembro de 1801. Desempenha, igualmente, o lugar de encarregado de Negócios entre 16 de Agosto de 1802 e 4 de Novembro de 1803, em cujo exercício negocia um tratado com a Espanha, que compromete este país com a causa francesa. Entretanto, surgindo um

diferendo entre o Império Francês e Portugal, parte para Lisboa em 18 de Março de 1806, como cônsul-geral. Assistirá à invasão francesa do nosso País pelas tropas de Junot, que lhe delega as competências dos assuntos da Fazenda e do Interior, em 1 de Fevereiro de 1808. No exercício destas funções, sujeita o País ocupado ao pagamento de pesadas contribuições, destinadas à sustentação do Exército.

Caindo em desgraça entre 1810 e Dezembro de 1811, é, nesta data, reabilitado para comissário na Prússia, com vista ao pagamento, em géneros coloniais, das contribuições que esse território tinha em atraso. Bem sucedido na sua missão, Napoleão nomeia-o cônsul-geral em Königsberg, em 31 de Dezembro de 1811, mas, recusando a apresentar-se no seu posto, ficará no desemprego até à queda do Império. Restaurada a monarquia em França, torna-se conselheiro de Estado e, logo que o duque de Montmorency assume a pasta dos Negócios Estrangeiros, é nomeado, em Janeiro de 1822, director dos Assuntos Políticos do respectivo ministério. Mantém-se neste lugar até ao regresso do duque de Montmorency do Congresso de Verona e, a partir de então, conservará apenas o título de conselheiro de Estado em serviço extraordinário.

Da Legião de Honra, foi feito cavaleiro (17 de Agosto de 1814), oficial (20 de Agosto de 1822) e comandante (25 de Dezembro de 1822).



COLEÇÃO DE ESTAMPAS, BIBLIOTECA NACIONAL

D. FERNANDO JOSÉ DE PORTUGAL E CASTRO

D. Fernando José de Portugal e Castro nasceu a 4 de Dezembro de 1752, em Lisboa, e veio a falecer a 24 de Janeiro de 1817, no Rio de Janeiro.

Era filho do 3.º marquês de Valença, D. José Miguel João de Portugal e Castro, e de D. Luísa de Lorena. Casou com D. Maria Francisca de Portugal e Castro, da qual não teve descendência. Após ter estudado na Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, servindo, em particular, na Relação do Porto e na Casa da Suplicação.

Em 1788, foi incumbido do governo e da capitania-geral da Baía, ao que se seguiu, em 1800, a sua nomeação para o cargo de vice-rei do Estado do Brasil.



COLEÇÃO FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL BRASIL. FOTO CEDIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Regressando a Portugal em 1805, é nomeado presidente do Conselho Ultramarino e conselheiro de Estado, mas mantém-se no País por pouco tempo, visto que partirá para o Brasil com a família real, em 1808.

No Rio de Janeiro, é escolhido, em 7 de Março de 1808, para três lugares da governação que se achavam vagos: ministro assistente ao Despacho, ministro do Reino e presidente do Real Erário. Ainda nesse ano, em 17 de Dezembro, foi feito conde de Aguiar, vindo a receber o título de marquês do mesmo nome em 17 de Dezembro de 1813.

Até à sua morte, encarregar-se-ia, ainda, das pastas da Guerra (a partir de 28 de Janeiro de 1812) e dos Negócios Estrangeiros (a título efectivo, entre 28 de Janeiro de 1812 e 26 de Janeiro de 1814; a título interino, desde 26 de Janeiro de 1814).

Entre as diversas medidas da sua acção governativa, conta-se a abertura dos portos do Brasil às nações estrangeiras, bem como a introdução da pimenta da Índia e de outras plantas exóticas nessa colónia ultramarina. Exerceu, também, os lugares de presidente do Conselho da Fazenda e da Junta do Comércio e de provedor das obras da Casa Real. Ainda no Brasil, traduziu excertos das obras de Alexandre Pope, que foram depois publicados pela Imprensa Régia.

JOÃO ANTÓNIO SALTER DE MENDONÇA

João António Salter de Mendonça nasceu a 15 de Agosto de 1746, em Pernambuco, e veio a falecer a 14 de Junho de 1825. Era filho de Jorge Salter de Mendonça, fidalgo da Casa Real e desembargador da Relação do Porto, e de Antónia Francisca Pessoa de Lima, descendendo, por via materna, do 1.º visconde de Ponte de Lima e da sua segunda mulher. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira de magistrado no lugar de auditor do Regimento da Marinha de Lisboa, de que recebeu Carta de 24 de Novembro de 1763. Daí, passou a desembargador da Relação do Rio de Janeiro, por Decreto de 17 de Dezembro de 1772, e, enquanto estanciou nessa cidade, exerceu os cargos de ouvidor-geral do Cível, procurador da Coroa e da Fazenda Real e Deputado da Fazenda. Mudando-se para o Porto, para cuja Relação foi encartado desembargador em 22 de Dezembro de 1779, torna-se fiscal e conservador da Companhia-Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, bem como conservador do Tabaco das Três Províncias, lugar de que recebeu Alvará em 2 de Março de 1786.



FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA

Data de 5 de Setembro de 1789 a sua nomeação para um lugar de desembargador da Casa da Suplicação, em Lisboa. Cerca de quatro anos depois, torna-se ajudante do procurador da Coroa, vindo a assumir este cargo em 18 de Fevereiro de 1799 – que conservará mesmo quando for nomeado desembargador do Desembargo do Paço, em 5 de Maio de 1802. Ainda neste mês, recebe carta de conselheiro de Estado.

O percurso pelos mais altos tribunais do País culmina com a sua nomeação para chanceler da Casa da Suplicação, em 9 de Março de 1812, já depois de se ter iniciado nos cargos da governação. De facto, fora nomeado, em 26 de Novembro de 1807, secretário de Estado dos Negócios do Reino da Primeira Regência, instalada após a saída da Corte para o Brasil. Viria a reassumir essas funções em 2 de Janeiro de 1809, quando D. João VI nomeia uma nova junta de governadores, mas, desta feita, acumula as funções de secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, que, aparentemente, mantém até 15 de Setembro de 1820.

Recebeu o título de visconde de Azurara por duas vidas, por carta de 22 de Junho de 1820.

Entre outras funções que desempenhou, destacou-se como deputado da Junta do Tabaco (1794), deputado da Casa de Bragança (1801), guarda-mor da Torre do Tombo (1813), presidente da Comissão do Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura e presidente da Comissão da Nova Reforma de Pesos e Medidas. Foi, ainda, proprietário dos ofícios de porteiro e guarda-mor da Alfândega do Rio de Janeiro e de escrivão da carga e descarga das naus da Índia, aos quais acabou por renunciar.

D. FERNANDO MARIA DE SOUSA COUTINHO CASTELO BRANCO E MENESES

D. Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses nasceu a 26 de Outubro de 1776, em Lisboa, e veio a falecer a 5 de Março de 1834. Era filho do 13.º conde de Redondo e 1.º marquês de Borba, Tomé Xavier de Sousa



COLEÇÃO MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

Coutinho de Castelo Branco e Meneses, e de D. Margarida Delfina Teles da Silva. Durante a permanência da família real no Brasil, foi escolhido, em 25 de Outubro de 1809, para desempenhar o cargo de presidente do Real Erário e, em Maio do ano seguinte, para integrar o governo do Reino. Ao primeiro desses mandatos, viria a referir-se o seu pai numa missiva expedida do Brasil, onde deixa registado que “todos do Erario tem escrito aos de ca, dizendo que nunca tinha entrado no Erario, Prizidente como V.”.

Exerceu, ainda, o lugar de vedor da Casa Real e foi nomeado par do Reino, em 1826.

Além da vida política, prosseguiu a carreira militar, assentando praça em cavalaria, ramo em que chegou ao posto de tenente-coronel. Casou a 15 de Maio de 1796, com D. Eugénia Manuel de Noronha, filha dos terceiros marqueses de Tancos, que foi dama da rainha D. Maria I e das ordens de Santa Isabel – mandada instituir pela rainha D. Carlota Joaquina – e de São João de Jerusalém. Detinha os títulos de 14.º conde de Redondo e 2.º marquês de Borba, que lhe foi conferido em 20 de Março de 1812, sendo, ainda, 12.º senhor de Gouveia.

Era comendador de Santa Maria de Gundar, pertencente à Ordem de Cristo, e foi agraciado com as grã-cruzes da Ordem de São Tiago e de Nossa Senhora da Conceição.

Grande melómano e protector dos homens das artes, chegou a reunir em sua casa músicos e pintores afamados, como Domingos Sequeira, Leal Moreira e Marcos Portugal.

ANTÓNIO DE ARAÚJO E AZEVEDO

António de Araújo e Azevedo nasceu em Ponte de Lima, a 14 de Maio de 1754, e faleceu no Rio de Janeiro, a 21 de Junho de 1817. Era filho de António Pereira Pinto de Araújo, senhor do morgado de Sá e da casa da Lage, e de Maria Francisca de Araújo e Azevedo. Iniciou os estudos no Porto, na companhia do seu tio António Luís Pereira Pinto, onde aprendeu as línguas vivas, bem como o grego e o latim. Mudou-se, depois, para Coimbra, em cuja Universidade frequentou o primeiro ano do curso de Filosofia, que, no entanto, abandonou para voltar ao Porto, circunstância em que passa a dedicar-se ao estudo da história e da matemática. A partir de 1779, veio-lo envolver-se nos trabalhos da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público, criada em Ponte de Lima, com o intuito de promover o desenvolvimento industrial, agrícola e comercial. Dedicou-se, então, à promoção da cultura da amoreira e da fiação da seda (para o que contou com os préstimos do abade José Correia da Serra), além de garantir a realização de obras na barra do rio Lima. Seguindo para Lisboa, travou conhecimento com o duque de Lafões, à época, ministro e mordomo-mor de D. Maria I, que o nomearia, em 1787, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Corte da Haia, em reconhecimento das suas qualidades. Partiu para a Holanda apenas em 1789, não sem antes passar por Londres e Paris, voltando a esta capital entre 1796 e 1797, na tentativa de negociar um tratado de paz com a França, a qual se revelou inconsequente. Dada a gravidade da situação internacional da época, foi mandado regressar, pouco depois, a Paris, para reatar as negociações

interrompidas alguns meses antes. Desta feita, conseguiu assegurar o tratado de 10 de Agosto de 1797, o qual veio, no entanto, a ser anulado pelo Directório passados dois meses, dadas as hesitações demonstradas por Portugal a partir do momento em que a Inglaterra tornou clara a sua oposição. No seguimento deste episódio, passou dois meses na prisão, sob a acusação de conspirar contra a tranquilidade interna da República, recuperando a liberdade em 28 de Fevereiro de 1798. De regresso à Holanda, obteve licença para viajar pelos territórios alemães e, depois de um périplo pelas cidades mais notáveis da Europa Central, tornaria a Inglaterra, antes de chegar a Portugal em 1801. Depois de ser incumbido de ir a Lorient tratar – uma vez mais, sem sucesso – a paz com Napoleão Bonaparte, é nomeado ministro plenipotenciário na Rússia, aonde se dirigiu em finais de 1801. Manteve-se nessas funções até 1804, altura em que é chamado para assumir o lugar de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em cujo exercício recebeu a intimação de Napoleão Bonaparte para que Portugal fechasse os seus portos aos navios ingleses, prendesse os súbditos britânicos em território nacional, lhes apreendesse os bens e demitisse o ministro inglês em Lisboa. A decisão que, então, lhe coube tomar – aceitou a primeira das condições e recusou todas as outras – revela, ainda assim, a sua proximidade para com a causa francesa, de que era o principal apoiante nos círculos palacianos, mas não seria suficiente para garantir a independência do Reino, o que ditou a deslocação da Corte para o Brasil.



J. C. RA. SENHOR
ANTONIO de ARAUJO de AZEVEDO,
do Conselho de Sua Magestade Real, e Primeiro Secretho de Estado da Real
Chancaria Ministerial de Portugal, e do Neg. Estrangeiro e Indias. RA.

Chegado ao Rio de Janeiro, o até então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que acumulava, desde 1806, os lugares de ministro assistente ao Despacho e de secretário de Estado dos Negócios do Reino, não foi incluído no novo gabinete nomeado por D. João VI em 12 de Março de 1808, de cunho anglófilo, embora viesse a ser escolhido para conselheiro de Estado. No entanto, em 1814, após o falecimento do conde das Galveias, voltou ao governo de D. João VI, como ministro da Marinha. Embora, em teoria, as suas competências estivessem circunscritas a esse cargo, na prática, a sua área de influência e de acção eram mais abrangentes. Disso é prova a preparação das instruções para os ministros plenipotenciários ao Congresso de Viena, que lhe foi confiada por D. João VI, apesar da titularidade da pasta dos Negócios Estrangeiros caber, então, ao marquês de Aguiar. Pouco tempo depois, associaria o seu nome à elevação do Brasil à categoria de reino, com a qual esperava sossegar os sentimentos independentistas dos brasileiros, mas que não devia desobrigar a Corte de permanecer no continente americano. Opunha-se, de facto, ao regresso da mesma a Portugal, ao contrário das pretensões da Inglaterra, o que conduziu à substituição do embaixador desse país no Rio de Janeiro.

No seu regresso à acção governativa, destacou-se, ainda, pela oposição demonstrada à Cúria Romana quando esta, decidindo restaurar a Companhia de Jesus, pretendeu que os soberanos católicos executassem semelhante medida nos seus países. Ainda no campo das relações diplomáticas, logrou que a Santa Sé confirmasse a eleição do frei Joaquim de Santa Clara para bispo de Évora, a que a mesma se opunha.

Agraciado, entretanto, com o título de conde da Barca (por Decreto de 17 de Dezembro de 1815), veio a assumir a condução de todas as repartições do Governo após a morte do marquês de Aguiar, em 24 de Janeiro de 1817. Adoptou, a partir de então, providências para o desenvolvimento dos transportes públicos, da indústria e das belas-artistas no Brasil. Aliás, devera-se a si, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, e ao marquês de Marialva, então, embaixador em Paris, o estabelecimento de uma Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro, composta por artistas franceses. O seu humanismo tornara-o promotor das mais diversas artes e ciências, ora recebendo em sua casa compositores, pintores e outros artistas, ora dedicando-se, ele próprio, ao fabrico de porcelana, à cultura botânica, que praticava num jardim com mais de 1400 espécies exóticas, conhecido, mais tarde por *Hortus Araujensis*, ou à destilação de aguardente, para cujo efeito instalou um laboratório de química. Esteve, ainda, na origem da primeira tipografia do Rio de Janeiro, que a recebeu em 1808. Era grã-cruz das ordens de Cristo, da Torre e Espada, de Isabel, a Católica (Espanha), e da Legião de Honra (França). Sócio da Academia Real das Ciências e de outras associações científicas e literárias, escreveu obra poética e trágica, bem como artigos de carácter político, publicados em diversos jornais da época.

JOÃO PAULO BEZERRA DE SEIXAS

João Paulo Bezerra de Seixas nasceu a 27 de Maio de 1756 e veio a falecer a 29 de Novembro de 1817.

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, começou por seguir a carreira da magistratura, sendo nomeado, em 18 de Outubro de 1790, ouvidor da comarca de Vila Rica, na província de Minas Gerais. Posteriormente, em 1801, foi indigitado para representar Portugal na República dos Estados



COLEÇÃO EXÉRCITO BRASILEIRO

Unidos, de onde foi transferido, no ano seguinte, para a representação portuguesa junto do rei da Holanda, Luís Bonaparte.

Residente na Haia entre 1802 e 1809, seria nomeado, no seguimento do corte de relações entre Portugal e a França, ministro plenipotenciário junto do czar Alexandre I da Rússia, lugar que deixou em 1812 para regressar ao Brasil.

Em 1817, quando D. João VI forma novo Ministério, atribui-lhe, em 24 de Junho, após a morte do conde da Barca, o cargo de ministro dos Negócios da Fazenda, juntamente com o de presidente do Real Erário. Devido à ausência do conde de Palmela, que se encontrava na Europa, acumula, interinamente, as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Porém, exerceria essas funções por pouco tempo, pois vem a falecer no dia 29 de Novembro de 1817, no Rio de Janeiro, vítima de apoplexia. Os seus restos mortais encontram-se sepultados no Convento de Santo António, no Rio de Janeiro, local onde, por tradição, jazem figuras caras à nação brasileira.

Agraciado com o título de barão de Itaguai, os seus méritos iriam ser reconhecidos, postumamente, na figura de sua esposa, a quem foi concedido o título de viscondessa de Itaguai, por Decreto de 3 de Maio de 1818. É autor da poesia *Epistola ao sr. Vicente Pedro Nolasco da Cunha, por Occasião da sua Excellente Ode* no Investigador n.º 28, publicada no Investigador, n.º XXXIV. Foi, ainda, cantado por esse poeta português, numa ode impressa no tomo V das *Obras de Filinto*, edição de Paris.

TOMÁS ANTÓNIO DE VILA NOVA PORTUGAL

Tomás António de Vila Nova Portugal nasceu em Lisboa, a 18 de Setembro de 1755, e veio a falecer a 16 de Maio de 1839. Era filho do doutor José António das Neves e de Maria da Piedade.

Bacharel e doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura. Começou por exercer o lugar de desembargador da Relação do Porto, de que recebeu carta em 22 de Abril de 1800. No ano seguinte, por Carta de 28 de Julho, ascende à categoria de desembargador da Casa da Suplicação, tribunal onde, quatro anos depois, atinge a graduação de desembargador dos Agravos. Finalmente, em 10 de Outubro de 1807, é encartado no lugar de desembargador ordinário do Desembargo do Paço, vindo a integrar este tribunal no Rio de Janeiro.

Quando, em 18 de Agosto de 1807, o príncipe regente reúne o Conselho de Estado para decidir

sobre as exigências de Napoleão Bonaparte – que apelava, por um lado, à união de Portugal à causa continental e, por outro, ao encerramento dos portos à Inglaterra, bem como à prisão dos ingleses residentes no País e confisco dos seus bens – é um dos presentes, preconizando, então, a saída imediata do príncipe da Beira para o Brasil, com o título de Condestável e com tropa, em alternativa às correntes de opinião que sustentavam ora o alinhamento com a França e a Espanha, ora a declaração de guerra a estes países. Parece,

inclusivamente, ter feito um plano desse projecto, que terá apresentado ao príncipe regente.

Virá a ser uma figura dominante nos últimos anos do reinado de D. João VI em terras do Brasil, visto que, praticamente desde a morte do conde da Barca, em finais de 1817, até ao regresso da Corte a Portugal, reúne sob a sua direcção as pastas do Reino, da Fazenda, dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e, ainda que muito transitoriamente, a da Marinha, vendo concentrado em si o mecanismo governativo.

Opôs-se, como absolutista convicto que era, à forma branda como a Regência em Portugal reagiu ao pronunciamento militar de 24 de Agosto de 1820. Sustentava, antes, a necessidade de recorrer à força para submeter os revoltosos, pois, no seu entender, quaisquer concessões para com a corrente liberal faziam perigar o próprio trono. Aliás, é com base nesse raciocínio que tenta dissuadir o monarca de regressar ao continente europeu.

A sua resistência aos princípios liberais ficou, de resto, bem patente em alguns diplomas que publicou, como é o caso do decreto que proibia o descrédito, lançado em público, sobre o Banco do Rio de Janeiro, sob pena de punições severas, ou o famoso Alvará de 30 de Março de 1818, que lançava o anátema sobre a Maçonaria e outras sociedades secretas.

Depois do seu regresso a Lisboa, em Julho de 1821, passa a viver na obscuridade, morrendo quase na miséria em 16 de Maio de 1839. Fidalgo cavaleiro e comendador das ordens de Avis e da Torre e Espada, escreveu, também, algumas obras, que ofereceu à Academia Real das Ciências.



COLECCÃO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, BRASIL

DIOGO JOSÉ FERREIRA DE EÇA DE MENESES

Diogo José Ferreira de Eça de Meneses nasceu a 1 de Agosto de 1772, em Guimarães, e veio a falecer a 4 de Fevereiro de 1862.

Era filho do 1.º conde de Cavaleiros, D. Rodrigo José António de Meneses, e de D. Maria José Ferreira de Eça e Bourbon.

Casou com a 3.ª condessa da Lousã, D. Mariana do Resgate de Saldanha Côrte Real da Câmara e Lencastre, em 23 de Novembro de 1801, de quem recebeu o título.

Depois de, no Reino, ter desempenhado os cargos de ministro de Estado e deputado da Junta dos Três Estados, foi nomeado

mordomo-mor da arquiduchessa da Áustria, D. Maria Leopoldina, a qual acompanhou de Leorne ao Rio de Janeiro, em 1817, em razão do seu casamento com o príncipe D. Pedro, futuro D. Pedro IV de Portugal e primeiro imperador do Brasil.

Ainda nesse território ultramarino, integrou o governo de D. João VI como presidente do Real Erário, a partir de 26 de Fevereiro de 1821, bem como o gabinete que passou a assistir D. Pedro quando este assumiu a regência do Brasil, em 22 de Abril de 1821, nas vésperas do regresso do monarca a Portugal, encarregando-se, então, da pasta dos Negócios da Fazenda.

Partidário do absolutismo, foi sempre dedicado a D. Miguel, tendo, inclusivamente, sido por este indigitado secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, em 26 de Fevereiro de 1828, quando o Infante assume a regência de Portugal. Ainda no reinado de D. João VI, foi nomeado par do Reino, em 30 de Abril de 1826, havendo jurado e tomado posse dessa dignidade na sessão da Câmara dos Pares de 31 de Outubro do mesmo ano. Acabaria, no entanto, por ver o pariato suspenso, em consequência do Decreto, com força de Lei, de 28 de Maio de 1834, que obrigava a resignar a essa honra todos aqueles que tivessem praticado actos políticos ofensivos à Carta Constitucional ou que se tivessem oposto ao regime constitucional da monarquia. Esta disposição acabou por ser posteriormente anulada pelo Decreto, com força de Lei, de 23 de Maio de 1851, que veio restabelecer o exercício do pariato aos pares que haviam sido suspensos, regressando, assim, à Câmara dos Pares.

INSTITUTO DE CULTURA VASCO VILLALVA,
MUSEU DAS CARRIAGENS, ÉVORA



INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO

D. MARIA II E O DUQUE DE ÁVILA E BOLAMA, AIMADA NEGREIROS, 1956, COLECCÃO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

